

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.426 - SP (2019/0208132-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **SO PEIXE ALIMENTOS - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI**
AGRAVANTE : **SAMUEL WILSON MATHIAS**
AGRAVANTE : **LILIANE RENATA MATHIAS**
AGRAVANTE : **ADRIANO DEVITTE SPOLJARIC**
ADVOGADO : **ANA CAROLINA NOGUEIRA HUMBERTO - SP292962**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **RICARDO LOPES GODOY - MG077167**
: **MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874**
: **MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por SO PEIXE ALIMENTOS - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e OUTROS contra decisão proferida pela douta Presidência desta Corte (e-STJ, fls. 525/526), que não conheceu do agravo em recurso especial ante a não impugnação de todos os fundamentos da decisão que negou admissibilidade ao recurso especial.

Alega o agravante, em síntese, que "à fl. 489 (e-STJ), os agravantes destacaram o trecho da r. decisão da Presidência do e. TJSP que seria ali combatido – trecho que menciona a ausência de demonstração da similitude fática entre os vv. acórdãos confrontados – e, na sequência, passaram a impugnar o infundado tema." (e-STJ, fl. 534)

Afiguram-se relevantes as alegações, motivo pelo qual, com base no art. 259, § 6º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada.

Passa-se a novo exame do recurso.

Trata-se de agravo de SO PEIXE ALIMENTOS - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. Assistência judiciária gratuita. Pedido formulado pelos agravantes, que declaram não poder arcar com as despesas do processo. Hipótese em que um dos postulantes é pessoa jurídica e não exibiu prova apta a demonstrar a alegada crise financeira, sendo certo que as pessoas físicas possuem

patrimônio declarado de mais de R\$ 200.000,00 e vêm auferindo rendimentos de empresas. Existência de fundadas razões para o indeferimento do pedido (artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil). Não caracterização de situação que poderia autorizar a concessão do benefício. Decisão monocrática que indeferiu a gratuidade processual mantida. Agravo interno improvido. Dispositivo: negaram provimento ao recurso." (e-STJ fl. 379)"

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 98, caput, e art. 99, §3º, ambos do CPC/15 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que os documentos contábeis apresentados perante a Corte de origem comprovam a insuficiência momentânea de recursos por parte da pessoa jurídica recorrente para o pagamento de custas e de despesas processuais que, na hipótese dos autos, correspondem a aproximadamente R\$ 15.000,00 (valor do preparo recursal equivalente a 4% do valor da causa atualizado), razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade.

Requer que este e. STJ atribua correta valoração jurídica à prova documental colacionada aos autos e considere os prejuízos financeiros comprovados, nos exercícios de 2016 e 2017, pela recorrente pessoa jurídica, concedendo a ela os benefícios da justiça gratuita, com a consequente reforma do v. acórdão combatido.

Quanto aos recorrentes pessoas físicas, afirmam que, em razão da dificuldade financeira que vivenciam e diante dos significativos débitos bancários, não mais possuem cartões de crédito/débito e/ou movimentam contas bancárias, nem possuem crédito no mercado.

Afirmam que os rendimentos tributáveis do recorrente Sr. Samuel representaram R\$ 58.948,98 (ano-calendário 2017) e que, desse numerário, o recorrente utilizou R\$ 40.000,00 para pagamento das dívidas ali discriminadas, restando-lhe pouco para suportar as despesas pessoais e familiares, já que os proventos de aposentadoria também são escassos (R\$ 1.786,85 mensais).

Quanto ao patrimônio declarado pela recorrente Sra. Liliane, afirma que corresponde apenas às cotas da empresa recorrente, cuja condição econômico-financeira é igualmente insatisfatória e os que os seus rendimentos mensais, em torno de R\$ 2 mil, são escassos e destinados ao sustento próprio e de seu filho menor.

Assim, requerem a reforma do acórdão recorrido para a concessão dos

benefícios da justiça gratuita a todos os recorrentes.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 458/468 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de que faria jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica recorrente, assim decidiu:

"É certo que estabelece a Súmula n. 481, do Superior Tribunal de Justiça que "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais";" (e-STJ, fls. 380)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. CONCESSÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 481/STJ. REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Incabível o exame de tese não exposta no especial e invocada apenas em recurso posterior, pois configura indevida inovação recursal.

2. "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." (Súmula n. 481/STJ) 3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

4. No caso, o Tribunal de origem concluiu estarem ausentes os requisitos para a concessão do benefício da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1473249/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

Contudo, ao analisar a situação financeira da pessoa jurídica ora recorrente, assim concluiu:

"(...) no entanto, no caso em análise, o benefício não pode ser concedido, pois dos autos não afloram elementos que evidenciem a absoluta incapacidade da empresa recorrente em prover o pagamento das despesas do processo, à falta de prova documental capaz de revelar carência absoluta de recursos que justifique a isenção postulada.

Na hipótese vertente, como assinalado, não está configurada situação excepcional que poderia ensejar a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica recorrente, valendo anotar que não foi exibida nos autos prova apta a demonstrar a incapacidade financeira atual da postulante da benesse, não bastando para tanto cópias das demonstrações de exercício desde 2015 e as inúmeras ações propostas contra a empresa (fls. 316/329), cumprindo acrescer, neste passo, que a empresa se encontra regularmente constituída e em atividade, consoante consulta realizada no endereço eletrônico da Receita Federal

(http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp). (e-STJ, fls. 380)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NÃO COMPROVAÇÃO DA DIFICULDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS. INDEFERIMENTO. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Decisão agravada que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da falta de recolhimento prévio da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, aplicada pelo Tribunal de origem. Reconsideração.

2. A concessão do benefício da gratuidade de justiça à pessoa jurídica está condicionada à prova da hipossuficiência, conforme o preceito da Súmula 481 deste Superior Tribunal.

3. No caso, o col. Tribunal a quo, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem

como mediante análise soberana do contexto fático-probatório dos autos, asseverou que a empresa ora recorrente não comprovou sua incapacidade financeira de arcar com as despesas do processo.

4. A alteração das premissas fáticas firmadas pelo col. Tribunal a quo, quanto à comprovação ou não da dificuldade financeira de a pessoa jurídica arcar com o pagamento das custas da apelação, tal como propugnada, demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática e probatória dos autos, providência vedada no recurso especial pela Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1458273/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 25/10/2019)

Já no que diz respeito ao pedido de concessão do benefício da Justiça Gratuita às pessoas físicas recorrentes, sócias da pessoa jurídica, a Corte de origem consignou:

"Ora, a regra geral que emana do artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil, é no sentido de que, mediante simples afirmação de pobreza, gozará a parte dos benefícios da assistência judiciária, competindo ao juiz, no entanto, analisando caso a caso, acolher o pedido, ressalvada a hipótese em que haja fundadas razões para indeferir o pedido e desde que tenha sido concedida ao postulante a oportunidade para comprovar a alegada hipossuficiência (artigo 99, § 2º, do mesmo diploma legal), como se dá na espécie." (e-STJ fl. 380)

Também neste ponto, o entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM OPERANDO EM FAVOR DO REQUERENTE DO BENEFÍCIO. RECURSO PROVIDO.

1. O art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 traz a presunção juris tantum de que a pessoa natural que pleiteia o benefício de assistência judiciária gratuita não possui condições de arcar com as despesas do processo sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família. Por isso, a princípio, basta o simples requerimento, sem qualquer comprovação prévia, para que lhe seja concedida a assistência judiciária gratuita. Embora seja tal presunção relativa, somente pode ser afastada quando a parte contrária demonstrar a inexistência do estado de miserabilidade ou o magistrado

encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente.

2. Na hipótese, as instâncias ordinárias, ignorando a boa lógica jurídica e contrariando a norma do art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, inverteram a presunção legal e, sem fundadas razões ou elementos concretos de convicção, exigiram a cabal comprovação de fato negativo, ou seja, de não ter o requerente condições de arcar com as despesas do processo.

3. Recurso especial provido, para se conceder à recorrente o benefício da assistência judiciária gratuita.

(REsp 1178595/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 04/11/2010)

No caso concreto, a Corte de origem expressamente consignou que constam nos autos elementos que afastam a alegação de hipossuficiência financeira dos requerentes, senão vejamos:

"E, de igual modo, não há se acolher o pedido dos recorrentes pessoas físicas, eis que não têm eles o perfil de hipossuficiência econômica que se preste a habilitá-los a beneficiar-se da gratuidade processual, que, como é cediço, propõe-se a possibilitar e a facilitar o acesso ao Poder Judiciário daqueles que não disponham de recursos para fazê-lo sem prejuízo da própria subsistência ou de sua família.

(...)

E, na hipótese em apreço, os recorrentes trouxeram para os autos os documentos de fls. 333/349, consistentes em declarações do imposto de renda e distribuição de ações; no entanto, tais elementos não se prestam à finalidade pretendida, porquanto, ao contrário, demonstram a capacidade financeira dos recorrentes em arcar com as custas processuais.

E é certo que na hipótese de que ora se cuida há prova bastante de que os ora agravantes desfrutaram de situação econômico-financeira que os exclui do rol dos que fazem jus ao benefício da assistência judiciária gratuita, pois há elementos nos autos que evidenciam a sua capacidade econômica para custear o pagamento das custas do processo, tanto é que possuem patrimônio declarado de mais de R\$ 200.000,00 e vêm auferindo rendimentos de empresas.

De fato, como assinalado, há prova nos autos reveladoras de que os agravantes pessoas físicas não podem ser considerados como necessitados e merecedores da benesse de que ora se cuida, reservada que está a gratuidade processual àqueles que não dispõem de meios para litigar em juízo sem prejuízo pessoal ou de sua família, valendo destacar que, intimados a comprovar a alegada hipossuficiência, os recorrentes não se desincumbiram do

encargo satisfatoriamente." (e-STJ fl. 380/381)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. SIMPLES DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. REMUNERAÇÃO E PATRIMÔNIO INCOMPATÍVEIS. SÚMULA 7/STJ.

1. A simples declaração do interessado no sentido de que não tem condições de arcar com as despesas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família, por se tratar de presunção relativa, pode ser afastada pelo julgador, fundamentadamente.

2. A conclusão das instâncias ordinárias, no sentido de que a remuneração e o patrimônio da ora recorrente contrariam a sua afirmação de carência de recursos para arcar com as custas do processo, não pode ser revista no âmbito do recurso especial, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 423.252/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator